

GRAMSCI E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos¹

RESUMO: O texto tem por objetivos: a) discutir o estatuto epistemológico de Gramsci e Horkheimer, autores justapostos em uma vertente teórica conhecida como Teoria Crítica das Relações Internacionais; b) esboçar uma análise demonstrando o distinto estatuto epistemológico dos autores mencionados e justapostos na vertente teórica em pauta; c) iniciar uma reflexão apontando a inexistência de acuracidade nessa vertente teórica inaugurada pelo cientista político canadense Robert W. Cox ao ignorar a justaposição de aspectos epistemológicos diferentes entre si e não buscar as conseqüências teóricas a partir de categorias centrais respectivamente de Gramsci e Horkheimer, a saber, hegemonia e emancipação.

Palavras-chave: Gramsci. Horkheimer. Robert W. Cox. Teoria Crítica. Hegemonia.

ABSTRACT: This text has the following aims: a) to discuss Gramsci and Horkheimer's epistemological status, joined authors in an theoretical approach known as Critical Theory of International Relations; b) to draft an analysis in order to show the mentioned and joined authors' different epistemological statuses in the theoretical approach in discussion; c) to begin a reflection pointing the absence of accuracy in this approach - whose beginning happened with Canadian political scientist Robert W. Cox – due to joining different epistemological statuses and ignoring the theoretical consequences put by respective central Gramsci and Horkheimer's concepts: hegemony and emancipation.

Keywords: Gramsci. Horkheimer. Robert W. Cox. Critical Theory. Hegemony.

Introdução

O objetivo desse texto é esboçar uma discussão sobre as eventuais relações epistemológicas do pensamento carcerário de Antonio Gramsci com uma vertente teórica das Relações Internacionais conhecida como Teoria Crítica. Tal denominação tornou-se gradativamente um rótulo eclético que designa diferentes abordagens teóricas das Relações Internacionais. Por vezes, o rótulo referido abriga enfoques associados a abordagens distintas da tradição marxista. De modo mais amplo, contempla autores distintos entre si classificados como neogramscianos², cosmopolitas, habermasianos³, foucaultianos⁴, feministas⁵, construtivistas, pós-modernos⁶.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Marília. Pesquisador do Grupo “Marxismo e Pensamento Político” do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp-SP. Agradeço a todos (as) do Grupo e em especial ao Professor Alvaro Bianchi. As discussões no seu âmbito muito contribuíram para a presente reflexão, embora a responsabilidade sobre a mesma seja totalmente minha.

² Craig Murphy: “Understanding IR, understanding Gramsci” *In: Review of International Studies*, 1998, vol. 24, pp. 417-425; Stephen Gill & David Law: “Global hegemony and Structural Power of Capital” *In:*

Antes de se alcançar nessa vertente tão ampla gama de autores e perspectivas, destaca-se o pioneirismo de seus fundamentos sistematizados pelo cientista político canadense Robert W. Cox em 1981⁷ no contexto do que a literatura internacionalista chama de “Terceiro Debate”⁸. Em seu construto teórico, o pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) ocupa um papel de relevo. Salienta-se também que comentadores⁹

International Studies Quarterly, vol. 33, No. 4 (Dec. 1989), pp. 476-499; Mark Rupert: *Producing Hegemony – The Politics of Mass Production and American Global Power*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995; Mark Neufeld: “Hegemony and Foreign policy Analysis: The Case of Canada as Middle Power” *In: Studies in Political Economy*, 48, Autumn 1995, pp. 7-29.

³ Linklater seria exemplar de uma perspectiva habermasiana e de uma certa ótica de cosmopolitismo. Ver a respeito Andrew Linklater: “Citizenship, Humanity, and Cosmopolitan Harm Conventions” *In: International Political Science Review*, vol. 22, n.o 3, pp. 261-277.

⁴ Stephen Gill: “Finance, production and panopticism: inequality, risk and resistance in an era of disciplinary neo-liberalism”. Disponível em: <http://www.stephengill.com/finance_production_and_panopticism.pdf>. Acesso em 16 ago 2010.

⁵ Sandra Whitworth: *Feminism and International Relations: Towards a Political Economy of Gender in Interstate and Non-governmental Institutions*, Basingstoke: Macmillan, 1994.

⁶ Richard Price & Christian Reus-Smith: “Dangerous Liaisons? Critical International Theory and Constructivism”, *In: European Journal of International Relations*, Vol. 4(3), 1998, pp. 259-294. Encontramos no texto mencionado assertivas sobre a compatibilidade da Teoria Crítica com as perspectivas de Michel Foucault, do construtivismo e do pós-modernismo às páginas 260, 264, 266, 267, 272.

⁷ Robert W. Cox: “Social forces, states and world orders: beyond international relations theory” *In: Robert W. Cox & Timothy J. Sinclair (ed.): Approaches to world order*, New York, Cambridge University Press, 1999, p. 85-123. Esse texto foi originalmente publicado na revista *Millennium* em 1981 (Robert W. Cox: “Social forces, states and world orders: beyond international relations theory”, *In: Millennium: Journal of international Studies*, Vol. 10, No.2, pp. 126-155).

⁸ Trata-se de denominação ao debate teórico a partir da formulação “positivista” ou “neopositivista” ou “neo-realista” ou ainda “realista estrutural” de Kenneth Waltz enunciada em 1979 com a publicação de seu livro *Theory of International Politics*. Em resumo, Waltz incorpora com variantes elementos das formulações realistas ou nela inspiradas (tais como a competitiva anarquia internacional hobbesiana e o equilíbrio de poder como um componente central no sistema de Estados), como as Morgenthau, Bull e Wight. Tais variantes waltzianas têm um claro paralelismo com o raciocínio de Émile Durkheim. Waltz coloca a ênfase na estrutura, no sistema internacional com raciocínio bastante análogo ao de Durkheim no tocante ao fato social. Ao invés de enfatizar o papel dos Estados como personagens principais na consecução do equilíbrio (como fazem os realistas) a estrutura seria o principal condicionante de tal postura das unidades políticas. Qualquer mudança se efetivaria somente com uma transformação de caráter estrutural e não com meras ocorrências de caráter conjuntural e/ou no âmbito de um ou alguns Estados. Cox seria um dos críticos a essa abordagem. Engrossariam essas críticas vertentes rotuladas como neoliberais institucionalistas, construtivistas, verdes, feministas, dentre outras. Conforme Waltz, haveria sempre uma tendência ao equilíbrio nessa estrutura – o sistema internacional - independentemente de quaisquer valores e/ou orientações das políticas externas das unidades estatais. Sobre Morgenthau, consultar: Hans Morgenthau: *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. Sobre Waltz, consultar Kenneth Waltz: *Theory of International Politics*, Reading, Addison-Wesley Publishing Company, 1979; Idem: *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2004. Sobre Bull e Wight, consultar Hedley Bull: *A Sociedade Anárquica – um estudo da ordem na política mundial*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002; Martin Wight: *A política do poder*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

⁹Richard Devetak: “Critical Theory”, *In: Scott Burchill & Andrew Linklater (org.): Theories of International Relations*, New York, Palgrave Macmillan, 2001: p. 138-9; Fred Halliday: *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, p. 67; Michael

incluem as influências dos filósofos frankfurtianos sobre essa perspectiva. Preliminarmente, o rótulo “Teoria Crítica” alude à tradição inaugurada por tais filósofos, autores marxistas vinculados ao Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, com um famoso texto¹⁰ de Max Horkheimer (1895-1973) que serviu pioneiramente como referência epistemológica dessa tradição teórica. Diante da justaposição dessas duas perspectivas numa mesma vertente teórica voltada para as Relações Internacionais, tomam-se como questões centrais dessa reflexão:

a) O estatuto epistemológico da elaboração de Horkheimer é compatível com o congêneres de Gramsci de modo que suas formulações possam estar em um mesmo construto teórico?

b) De acordo com as especificidades epistemológicas de Gramsci, é acurado rotulá-lo e identificá-lo com a “teoria crítica” dos autores frankfurtianos, considerando terem todos a matriz do marxismo?

c) É válido estender o rótulo “teoria crítica” à formulação do comunista italiano sobre o temário internacional?

A tese central a ser evidenciada nesse texto aponta para uma incompatibilidade entre Gramsci e Horkheimer, mesmo que o enfoque de ambos remeta à tradição marxista. Ao justaporem-se idéias do prisioneiro de Mussolini com aquelas do filósofo do Instituto de Pesquisa Social, há diferenças fundamentais não contempladas pela reflexão dos autores da Teoria Crítica das Relações Internacionais e, em particular, pelo pioneiro desse enfoque, Cox. Não temos a pretensão de passar em revista todos os teóricos dessa vertente internacionalista. Discutiremos alguns dos aspectos fundantes da perspectiva lançada por Cox e alguns pontos de divergência e convergência com Gramsci e Horkheimer.

Sabe-se da vastidão do tema em pauta. Não se pretende explorar exhaustivamente todos os aspectos referentes a essas diferenças. Exploraremos com maior ênfase nesse texto as divergências referentes a Gramsci e Horkheimer no que refere à maneira como ambos tratam a relação do marxismo com as ciências naturais e as humanidades.

Em primeiro lugar, mostraremos de modo sucinto a perspectiva original da Teoria Crítica conforme Horkheimer. Algumas teses de Gramsci encontradas no

Pugh: “Peacekeeping and Critical Theory”, *In: International Peacekeeping*, Vol. 11, no. 1, Spring 2004, p. 40.

¹⁰ Max Horkheimer: “Teoria tradicional e teoria crítica”, *In: Max Horkheimer & Theodor W Adorno: Textos Escolhidos*, São Paulo, Nova Cultural, 1991, pp. 31-68, série “Os Pensadores”, no. 16.

Caderno do Cárcere de número 11¹¹ completarão o argumento em conjunto com a discussão a respeito do desacordo do autor sardo com o autor alemão e, conseqüentemente, com Cox. Em seguida, tratar-se-á das principais premissas do que Cox chamou de “Teoria Crítica”. Por fim, buscar-se-á apresentar uma síntese dos principais argumentos e verificar alguns problemas da apropriação de Gramsci e Horkheimer para a caracterização dessa vertente, além de alguns pontos passíveis de desenvolvimento futuro, a partir de argumentos que busquem esboçar as vicissitudes metodológicas no enfoque de Cox.

A perspectiva de Horkheimer

Alguns pontos centrais caracterizam o que Horkheimer chama de teoria crítica:

1) Por oposição à teoria crítica, toma-se o enfoque das ciências naturais como essencialmente descritivo e como modelo para as ciências do homem e da sociedade (inclusive entre diferentes escolas sociológicas), dentro do que ele chama de “teoria tradicional”. Tal perspectiva divorcia a teoria dos processos sociais econômicos, históricos, não se identificando com a totalidade social¹² em conformidade com a teoria crítica. Essa totalidade tomada de maneira cindida, fragmentada, é, em nossa época, uma contradição consciente¹³.

2) Diferentemente das proposições de Marx e Engels, há na teoria crítica uma avaliação histórico-estrutural de bloqueio da perspectiva revolucionária de superação do modo de produção capitalista, bem como a impossibilidade do proletariado ser o agente revolucionário por excelência com vistas a tal objetivo. Um intelectual que se deixa levar pelas representações e sentimentos de uma classe, reproduz a perspectiva especializada da ciência e teoria tradicionais na forma de uma psicologia social. Uma sistematização dos conteúdos da consciência do proletariado não expressa seus interesses e sua realidade. A ocorrência do nazismo e do fascismo, como contextos mais amplos de derrotas significativas impostas ao proletariado, concomitantemente ao caráter específico do capitalismo da primeira metade do século XX, também levaram a tal conclusão¹⁴.

¹¹ Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, Torino, 1975, pp. 1363-1509.

¹² Max Horkheimer, *op. cit.*, pp. 33, 46 e 57.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 44.

¹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 48-9.

3) A avaliação do processo russo como uma experiência burocratizada e que não possibilitou os avanços adequados com vistas a uma das noções centrais da teoria crítica inspiradas na perspectiva marxiana: a emancipação humana, a verdadeira libertação do gênero humano¹⁵.

O temário internacional não é abordado de uma maneira sistemática por Horkheimer. Entretanto, ele aparece de modo muitíssimo incipiente na sua reflexão sobre teoria tradicional e teoria crítica. Como exemplos de pontos ligados às relações internacionais ele aborda o comércio exterior e as guerras.

Sustenta que o comércio exterior no contexto da expansão do capitalismo como modo de vida é resultado não de deduções simples, como sustentam as teorias ensimesmadas em suas próprias especializações. De modo diverso, todo passo teórico se insere no conhecimento humano e da natureza disponíveis nas ciências e na experiência histórica.

Por sua vez, as guerras devem ser entendidas dentro do contexto das condições humanas e materiais concretas em que se insere a economia de troca. Sem que os princípios da economia fossem subvertidos, ele deve levar necessariamente ao aumento das oposições sociais que causam as manifestações bélicas e os processos revolucionários¹⁶. Por oposição à teoria crítica, a teoria tradicional explica a guerra em termos de um arcabouço lógico da história, de regras de experiência conhecidas, elaborações do saber ligadas aos nexos econômicos, sociais e psicológicos. Eles levam a um provável itinerário dos acontecimentos, funcionando com proposições condicionais que são aplicadas a uma situação específica. Segundo Horkheimer, a independentização da teoria (na medida em que o saber é aplicado aos fatos), seja por uma essência interna ou por uma fundamentação ahistórica, a caracteriza como categoria coisificada, ideológica¹⁷.

A oposição entre teoria tradicional e teoria crítica do filósofo alemão passa por um desacordo do conhecimento crítico com o saber tradicional. Destaca-se uma longa passagem, que justificamos seu uso em face de sua centralidade para nosso argumento:

O especialista ‘enquanto’ cientista vê a realidade social e seus produtos como algo exterior e ‘enquanto’ cidadão mostra o seu interesse por essa realidade através de escritos políticos, de filiação a organizações partidárias ou beneficentes e participação em eleições

¹⁵ Idem, ibidem, p. 51.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 57.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 35.

sem unir ambas as coisas e algumas outras formas suas de comportamento, a não ser por meio da interpretação ideológica. Ao contrário, o pensamento crítico é motivado pela tentativa de superar realmente a tensão, de eliminar a oposição entre a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidade, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básicas para a sociedade, de outro. O pensamento crítico contém um conceito de homem que contraria a si enquanto não ocorrer essa identidade. Se é próprio do homem que seu agir seja determinado pela razão, a *práxis* social dada, que dá forma ao ser (*Dasein*), é desumana, e essa desumanidade repercute sobre tudo o que ocorre na sociedade. Sempre permanecerá algo exterior à atividade intelectual e material, a saber, natureza como uma sinopse de fatos ainda não dominados, com os quais a sociedade se ocupa. Mas neste algo exterior incluem-se as relações constituídas unicamente pelos próprios homens, isto é, seu relacionamento no trabalho e o desenrolar de sua própria história, como um prolongamento da natureza. Essa exterioridade não é uma categoria supra-histórica ou eterna – isso também não seria a natureza no sentido assinalado aqui -, mas sim o sinal de uma potência lamentável e aceitá-la seria anti-humano e anti-racional. [...] A suposição da invariabilidade social da relação sujeito, teoria e objeto distingue a concepção cartesiana de qualquer tipo de lógica dialética.¹⁸

Ainda que possa haver ponto em comum com a teoria tradicional – uso de categorias preliminarmente abstratas (valor, mercadoria etc) – o início do raciocínio da teoria crítica já esboça o mecanismo social que contextualiza a sua avaliação da sociedade burguesa¹⁹. Contudo, como o trecho acima demonstra, a construção tradicional do conhecimento pelos especialistas da ciência não guarda uma relação dialética nesse processo. Esse é um ponto decisivo, como veremos, para o confronto com as teses gramscianas.

A perspectiva de Gramsci

Como uma forma de conhecimento passível de crítica à luz da filosofia da práxis (expressão usada por Gramsci para nomear o marxismo) encerra uma concepção política, teórica, filosófica e, por extensão, uma concepção de mundo que abrange uma unidade entre teoria e prática? Como a filosofia da práxis estabelece contato com outras concepções – como aquelas religiosas e do senso comum - e filosofias a fim de se alcançar uma hegemonia (uma direção moral, cultural e ético-política de um grupo ou

¹⁸ Idem, ibidem, pp. 46-7.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 56.

classe social ou fração de classe social) sobre as massas, os homens simples e os intelectuais e filósofos não profissionalizados²⁰?

Essas são algumas das questões mais relevantes abordadas no Caderno 11²¹. Percebe-se que o ponto não é buscar uma demarcação totalmente excludente entre aquelas formas de conhecimento que não se coadunam com a filosofia da práxis, muito embora Gramsci vislumbre uma concepção de conhecimento compatível com o marxismo no horizonte, bem como a superação do modo capitalista de vida, resultando em nova sociedade, por ele chamada de “civilização total e integral”²². Tampouco se deve restringir a discussão do conhecimento e da ciência aos marcos dos intelectuais dos *loci* especializados, como laboratórios e universidades. Não temos a pretensão de responder e reconstruir os argumentos referentes a todas essas indagações, mas, ao menos, sustentar resumidamente elementos do estatuto epistemológico defendido por Gramsci.

O contexto dessa reflexão gramsciana é a crítica à obra *Teoria do materialismo histórico - Ensaio popular de sociologia marxista*, de Bukharin. O autor soviético, conforme Gramsci, ao buscar formular uma sociologia marxista alternativa àquela de caráter positivista, não superou o senso-comum. A empreitada do autor soviético de refutar a ciência positivista não foi bem sucedida no objetivo de atingir os homens simples, ficando no registro das filosofias tradicionais.

Superar todas as outras concepções de mundo de modo crítico parte, antes de mais nada, do senso comum. Trata-se de inovar e criticar o que já existe nas massas, nos homens simples, sem implementar nas vidas individuais uma nova ciência desde o início²³. Deve-se buscar a construção de uma nova hegemonia pela filosofia da práxis sobre a cultura tradicional. Esta sendo bastante robusta, todavia, tentará reagir. A construção desse processo é um ponto considerado por Gramsci²⁴.

²⁰ Gramsci considera todos os homens filósofos e intelectuais. Pode-se distingui-los dos filósofos e intelectuais profissionais e tradicionais, especializados. Seriam esses, por exemplo, aqueles encontrados nas universidades.

²¹ Trata-se de Caderno intitulado “*Introduzione allo studio della filosofia*”, provavelmente escrito entre 1932 e 1933.

²² Antonio Gramsci, *op. cit.*, p. 1434. Sublinhe-se que “total” não refere ao tradicional conceito de Estado totalitário. Diz respeito ao corolário de um pleno reencontro da teoria com a prática num processo de devir histórico-dialético.

²³ *Idem*, *ibidem*, p. 1383.

²⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 1434-5.

O intelectual no sentido tratado por Horkheimer tem um sentido de intelectual tradicional para Gramsci. Para o comunista sardo, o modo fragmentário de conceber a teoria e o conhecimento é excludente quanto a uma perspectiva dialética, tal como Horkheimer?

A resposta é negativa. De acordo com o autor dos *Quaderni del cárcere*, o progresso pode ser compatível com uma superação crítica do senso comum, ainda que dentro de limites restritos²⁵. Em raciocínio semelhante, ao buscar interpretar uma formulação de Engels segundo a qual a materialidade do mundo é demonstrada pelo desenvolvimento da filosofia e das ciências naturais, sustenta que a ciência consiste na síntese entre a atividade teórica e da atividade prático-experimental dos cientistas. Trata-se do primeiro modelo de mediação dialética entre homem e natureza. Há uma unidade entre teoria e prática, ainda que esse processo não tenha ainda encontrado seu corolário em uma sociedade integral ou total²⁶. Citando uma parte da tradução de Carlos Nelson Coutinho do trecho que contempla tal perspectiva:

É indubitável que a afirmação do método experimental separa dois mundos da história, duas épocas, e inicia o processo de libertação da teologia e da metafísica e de desenvolvimento do pensamento moderno, cujo coroamento está na filosofia da práxis. A experiência científica é a primeira célula do novo método de produção, da nova forma ativa de união entre o homem e a natureza. O cientista experimentador é um operário, não um puro pensador; e seu pensar é continuamente verificado pela prática e vice-versa, até que se forme a unidade perfeita de teoria e prática.²⁷

Como é possível observar, o processo de desenvolvimento da filosofia, das ciências naturais e da superação da metafísica, da religião, do senso comum, *mesmo com seus limites*, é um processo dialético. Tal ponto não é idêntico às formulações de Horkheimer. O filósofo alemão não tem em vista o processo como foco central de sua caracterização da teoria e do conhecimento crítico. Conforme vimos em citação anterior, o divórcio entre sujeito, teoria e prática, bem como a suposição de suas respectivas invariabilidades, não é um processo dialético. Para Gramsci, mesmo com os limites referidos, existe uma unidade teórico-prática que se consubstancia numa concepção de mundo expressa por uma ação política, ainda que tudo isso seja inconsciente ou fragmentário nos homens, todos intelectuais. Por trás de tudo isso, a direção dessas condutas com ênfase no consenso, a hegemonia. A unidade entre teoria e

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 1385-6.

²⁶ Idem, *ibidem*, 1448-9.

²⁷ Idem, *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, volume 1, p. 166.

prática alcançaria o seu corolário na sociedade integral. Para Horkheimer, essa perspectiva não se coloca em vista da sua própria avaliação de bloqueio das possibilidades revolucionárias. O momento de reconciliação dos processos de trabalho e da racionalidade identificados com a teoria crítica levaria à emancipação humana, muito embora não fique claro, em vista da impossibilidade revolucionária conjuntural, em que consistiria esse momento.

A perspectiva de Cox

Cox compartilha a perspectiva da totalidade social logo no início de seu texto seminal sobre a Teoria Crítica das Relações Internacionais. Ressalta que toda e qualquer compartimentalização do conhecimento não passa de convenção acadêmica²⁸. Tal ponto é crucial para a adaptação do argumento de Horkheimer. As teorias tradicionais das Relações Internacionais são chamadas por Cox de teorias *problem-solving*. São incluídas nessa tipologia as formulações realistas de Morgenthau e neo-realistas de Waltz²⁹.

De acordo com o ex-chefe da Divisão de Programa e Planejamento da Organização Internacional de Trabalho (OIT):

1) Toda teoria se destina a alguém e serve a um propósito, indicando ter uma perspectiva social e política. As teorias *problem-solving* buscam resolver problemas sob uma perspectiva particular que também lhes servem como ponto de partida, abordando reduzido pequeno número de variáveis e fragmentando a realidade social. Por sua vez, a teoria crítica busca as origens de uma dada ordem do mundo na perspectiva da totalidade social e se posiciona diferentemente dessa ordem referida, vislumbrando as possibilidades de mudança. Ao mesmo tempo, a teoria crítica sempre considera a possibilidade de transformação, as instituições e relações sociais de poder, diversamente em relação às teorias *problem-solving*³⁰.

2) Por oposição à ahistoricidade das teorias *problem-solving*, a teoria crítica se vê como uma teoria calcada em históricas ao contemplar não somente o passado, mas também um contínuo processo de transformação histórica³¹.

²⁸ Robert Cox, *op. cit.*, p. 85.

²⁹ Idem, *ibidem*, pp. 91-2.

³⁰ Idem, *ibidem*, pp. 87-9.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 89.

Fica clara a oposição com as teorias *problem-solving* de Waltz e Morgenthau. Essas últimas se sustentam em uma base ahistórica que remete ao equilíbrio de poder como uma lei da política que permeia todas as relações entre os Estados de modo cíclico e repetitivo. Ademais, há o caráter inerente do conflito entre as unidades políticas por conta da natureza humana interesseira e competitiva, retomando a perspectiva hobbesiana. No caso específico da teoria de Waltz, considera-se a estrutura – o sistema internacional – de modo neutro, independente de valores ou posicionamentos ou características internas particulares das unidades políticas – um raciocínio análogo à categoria do fato social de Durkheim.

Cox menciona a relevância de Gramsci e outros marxistas para uma análise efetivamente histórica e compatível com a Teoria Crítica. Diversamente de certas abordagens marxistas que partilham elementos como as teorias *problem-solving*, como o estruturalismo de Althusser e Poulantzas. Inclui aí a importância do conceito gramsciano de hegemonia no sentido de apreender historicamente os processos sociais e referentes às instituições internas e internacionais, às idéias, capacidades materiais no que refere à combinação de elementos de coerção e de legitimação pelo consenso³².

Considerações Finais: alguns problemas da apropriação livre das formulações gramscianas e horkheimianas por Cox

Em resumo, buscamos apresentar acima duas perspectivas marxistas distintas do ponto de vista epistemológico. A primeira, de Horkheimer, aponta para a impossibilidade da produção de conhecimento dialético no âmbito dos *loci* especializados e na prática cotidiana. Ao contrário, trata-se de um saber tradicional que emana de tais situações, sem qualquer conexão com a superação do modo de vida capitalista ou com a emancipação do gênero humano, não factíveis estruturalmente face às mudanças históricas ocorridas. Horkheimer não identifica um divórcio entre teoria e práxis e a história na teoria crítica. A teoria tradicional contemplaria tal divórcio. A construção do conhecimento nas universidades e nos laboratórios expressa a dissociação entre teoria e prática.

³² Idem, *ibidem*, pp. 94-107.

Cox acompanha essa linha de raciocínio ao identificar a teoria tradicional tal como definida por Horkheimer naquilo que o cientista político canadense chama de teoria *problem-solving*.

Gramsci, de modo diverso, vislumbra um processo dialético de produção de conhecimento que tome como ponto de partida experiências que não se coadunam totalmente com a perspectiva marxista. Para o comunista sardo, o processo de construção de conhecimento numa ótica tradicional encerra também uma indissolúvel unidade prático-teórica. Por isso, todo homem é intelectual. Mesmo que esse processo seja fragmentário, inconsciente ou de ênfase prática ou de acento teórico. Num processo dialético, entende ser possível a busca aos poucos de uma plena reconciliação dos fazeres prático e teórico. Tal processo atingiria seu ápice em sociedade socialista e finalmente se coadunaria com a construção de uma nova hegemonia, uma nova direção cultural moral, intelectual e ético-política.

É inegável a existência de alguma afinidade com o temário gramsciano ao tratar da perspectiva da hegemonia. O mesmo pode ser dito quanto à semelhança entre teoria tradicional e teoria *problem-solving* e o próprio entendimento de teoria crítica. Contudo, há ressalvas de cunho epistemológico que inviabilizam o empreendimento teórico de Cox.

Nesse sentido, a livre apropriação generalizada das noções gramscianas nas humanidades³³ encontra na abordagem de Cox mais um exemplo. Não é um rótulo como “Teoria Crítica” que atesta essa análise. Mas sim o fato de que há uma justaposição sem acuracidade numa mesma vertente teórica. Encontramos na Teoria Crítica das Relações Internacionais de Cox duas tradições que possuem a matriz marxista, mas divergem quanto ao estatuto do conhecimento e à possibilidade de sua realização crítica. Também não é o rótulo em questão que garantirá a coerência com o seu congêneres na perspectiva frankfurtiana.

Cox usa o rótulo aludido sem buscar aprofundar em sua teoria conseqüências demandadas por duas categorias centrais, respectivamente, de Gramsci e Horkheimer: hegemonia e emancipação. Como se trata a natureza do conhecimento com vista à hegemonia como um todo, nacional e internacional? Qual a relação entre a totalidade dos processos propugnados pela teoria crítica e a sua relação com a emancipação humana nos planos nacional e internacional? Como justificar e fundamentar a

³³ Ver a respeito Alvaro Bianchi: *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*, São Paulo: Alameda, 2008, p. 14.

proposição de uma contra-hegemonia internacional aos Estados Unidos em face da ausência de tal categoria – contra-hegemonia tanto na face nacional como na internacional - na obra gramsciana? Essas questões, a nosso ver, centrais, não são sequer cogitadas pelo autor canadense.

Outras questões não menos importantes deveriam ser objeto de análise de Cox. Como justificar a justaposição de formulações de Gramsci e premissas dos teóricos frankfurtianos no mesmo construto teórico? Se não teria sido a intenção de Cox usar o significado de “Teoria Crítica” no sentido dos marxistas frankfurtianos de primeira geração, como hipótese³⁴, por que não precisar o sentido de “Teoria Crítica” que emprega? Se emprega “Teoria Crítica” no sentido horkheimiano, como o argumento e as referências acima fazem crer, por que ignorar deliberadamente a perspectiva de emancipação humana da “Teoria Crítica”, ao não fazer menção explícita a tal categoria? Com relação aos anos 30 – momento da elaboração dos textos aqui discutidos de Gramsci e Horkheimer - como compatibilizar o diagnóstico de um bloqueio estrutural da via revolucionária presente em Horkheimer com a leitura gramsciana que ainda vislumbrava tal via e as suas respectivas conseqüências do ponto de vista da construção do conhecimento?

Os indícios apontam, ao menos, que Cox não leu o caderno carcerário de número 11 de Gramsci. Um outro exemplo de conhecimento apenas parcial da obra carcerária também pode ser encontrado na vulgarização da discussão acerca dos intelectuais, mostrando desconhecimento da elaboração gramsciana sobre o tema. Esse é outro ponto problemático, ao que parece, em outros autores filiados à teoria crítica³⁵.

³⁴ Essa é uma hipótese apenas mencionada mas não demonstrada por um comentador de Cox. Ver a respeito Michael G. Schechter: “Critiques of Coxian Theory – Background to a conversation” *In* Robert W. Cox: *The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on Power, morals and civilization*, New York: Routledge, 2002, p. 28.

³⁵ Como exemplo, Cox não se vê como intelectual orgânico porque não sente solidariedade especial ou identidade com qualquer grupo social: “[...] Outros vinte e cinco anos na academia podem afiar a capacidade crítica e confirmar um sentimento de distância do engajamento social e político ativo. Minha experiência de vida não me compatibiliza com o papel do que Gramsci chamou de um ‘intelectual orgânico’. Não há grupo social com o qual eu sinta uma solidariedade especial e identidade e com o qual e possua uma consideração especial” (Robert W. Cox: *op. cit.* p. 37, tradução minha). Mark Edward Rupert, outro “neogramsciano” filiado à Teoria Crítica, parece atribuir o entendimento de “intelectual orgânico sobre o movimento de comércio justo” referente ao NAFTA a um intelectual tradicional que debate o tema em questão. Ver a respeito Mark E. Rupert: “(Re)politicizing the Global Economy: Liberal Common Sense and Ideological Struggle in the US NAFTA Debate”, *Review of International Political Economy*, Vol. 2, No. 4 (Autumn, 1995), p. 680. Para a conceituação rigorosa de intelectual orgânico, consultar, por exemplo, Antonio Gramsci, *op. cit.*, pp. 1513-51. Tal conceituação deveria avançar no sentido de mostrar o intelectual orgânico como um organizador (muitas vezes coletivo, não focado em um indivíduo) da sociedade em geral com o objetivo da criação de situações mais favoráveis à expansão de uma determinada classe social. É comum lidar com uma suposta definição gramsciana de que o intelectual orgânico seria aquele revolucionário e o intelectual tradicional seria aquele reacionário o

Parece também não conhecer a sua obra carcerária como um todo porque cita edições fragmentadas e temáticas dos *Quaderni*.

O último ponto mencionado também enseja conseqüências de grande envergadura para a perspectiva teórica. Ao fazer uso de edições anglo-saxônicas da obra carcerária de Gramsci, Cox ignora o movimento mais amplo de elaboração do pensamento do comunista sardo.

Gramsci não teve obra sistemática como dá a entender implicitamente Cox. Seus cadernos carcerários não foram agrupados temática e sistematicamente como sugerem as diferentes antologias e edições temáticas surgidas desde 1948. Algumas das várias edições temáticas surgidas desde então são aquelas usadas por Cox e os teóricos críticos neogramscianos.

Ao contrário do que é pretensamente subentendido em tais edições, a elaboração do pensamento carcerário gramsciano foi descontínua, fragmentária e incompleta. As análises e teorizações no âmbito internacionalista são ainda mais raras e incipientes do que aquelas que incidem sobre a política nacional. Menções de que o material presente em tais cadernos serviria somente para desenvolvimentos futuros de pesquisa são encontrados em seu *opus* prisional. No próprio início do Caderno 11, retomando advertência do caderno 4, Gramsci dá notícia de que escrevera seu conteúdo usando muitas fontes sem tê-las à disposição para consulta e citando-as de memória. Tal procedimento, conforme o comunista sardo, poderia levar a imprecisões e anacronismos. Em função de tal ressalva, todas as formulações deveriam ser objeto de correção e reformulação futuras³⁶.

conservador. De modo diverso, pode haver intelectuais orgânicos e tradicionais tanto da burguesia quanto do proletariado. (Carlos Nelson Coutinho: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007: 175). O exemplo do cientista social comprometido com movimentos sociais ou partidos políticos ou mesmo que atuaria como mentor, ideólogo ou inspirador dos mesmos completaria a vulgarização conceitual proporcionada pelo conhecimento de segunda mão da obra de Antonio Gramsci. Do ponto de vista metodológico, é possível esboçar uma crítica a tais apropriações valendo-se do que o professor Quentin Skinner chama de “paroquialismo” (Quentin Skinner: “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, In: *History and Theory*, Vol. 8, No. 1, 1969: pp. 23-5). Trata-se da busca de trazer o universo categorial de um autor para um sistema conceitual que lhe é estranho, reforçando o sistema conceitual particular ou familiar do pesquisador mas sem nexos com a formulação original do autor que é tomado como objeto da pesquisa. Por outras palavras, em se tratando de uma perspectiva bastante comum o engajamento político na área de Ciências Sociais bem como a discussão em torno do universo específico das agendas dos partidos políticos e dos movimentos sociais, é comum trazer o entendimento de tal intelectual no contexto específico da militância e discussão políticas.

³⁶ Antonio Gramsci, *op. cit.*, p. 1365.

Dentro ainda das ressalvas metodológicas sobre Gramsci, Cox em nenhum momento adverte sobre o movimento interno da elaboração prisional do pensamento de Gramsci.

O já citado procedimento de reformulação de ponto presente no Caderno 4 contemplado no Caderno 11 é exemplar de procedimento rigoroso a ser contemplado no estudo do autor italiano. Desde a disponibilidade em 1975 da edição crítica italiana da obra carcerária organizada por Valentino Gerratana³⁷, é preciso atentar para tal especificidade. O Caderno 4 é um texto classificado por Gerratana como um texto “A”. Trata-se de texto que Gramsci escreveu como uma primeira elaboração. Por sua vez, o Caderno 11 é um texto classificado como “C”, um texto de segunda redação que Gramsci reelaborou com mudanças, e, dependendo de cada caso, com supressão e acréscimo de pontos, aspectos e idéias em suas formulações. Os textos “B” foram aqueles que Gramsci redigiu uma só vez e não os retomou mais.

Outro ponto relevante nos é proporcionado pelo estudioso da obra carcerária gramsciana Gianni Francioni ao longo de todo o seu livro. Também não se pode abrir mão de ler os *Quaderni* em conjunto com as cartas escritas por Gramsci na prisão³⁸.

Ressalvas como essas sequer são cogitadas ou fazem parte do horizonte intelectual de Cox e dos “neogramscianos” monoglotas que fazem suas referências a partir de edições temáticas fragmentárias em inglês. É muito provável que Cox não pretenda de fato uma leitura e aplicação mais rigorosa de Gramsci, como atesta o trecho abaixo de sua própria elaboração no qual fala de si próprio também na terceira pessoa:

Muitos dos meus críticos me atribuíram uma identidade gramsciana ou mais comumente ‘neogramsciana’; e alguns me desaprovam por eu oferecer uma incorreta interpretação de Gramsci. Com relação a isso, eu diria que pode haver diferentes leituras de Gramsci como qualquer outro pensador maior, leituras condicionadas pela perspectiva e as preocupações do leitor. A questão pertinente não é: Eu compreendi corretamente Gramsci? De modo diverso, é: As inferências que eu aponteï (talvez incorretamente, mas eu não estou pronto para admitir isso) a partir de Gramsci ajudam na direção da compreensão do fenômeno histórico que é objeto da compreensão da minha investigação? O foco deveria ser a adequação da compreensão do

³⁷ Trata-se da edição mencionada nas referências do presente texto. A única tradução disponível da mesma foi publicada no México. Consultar Antonio Gramsci: *Cuadernos de la cárcel*, México: Ediciones Era, 1981.

³⁸ Gianni Francioni: *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"*, Nápoles: Bibliopolis, 1984. Sobre as cartas carcerárias, consultar Antonio Gramsci: *Lettere dal carcere*. Torino: Einaudi, 1973.

mundo de Cox mais do que a adequação de sua compreensão de Gramsci³⁹.

A apropriação de Gramsci num contexto de uma análise não marxista completa esse quadro. O próprio Cox admite ser apenas um tributário do marxismo⁴⁰, mas não um autor filiado a essa tradição:

Embora eu não seja um marxista, eu acredito que muito pode ser aprendido a partir do pensamento marxista. Idéias marxistas sobre a tensão entre capital e trabalho, e as tentativas de institucionalizar essas relações ao nível do Estado e internacional de modo a avançar na direção dos interesses materiais, me ajudaram a compreender o mundo de um modo diferente. Eu identifiquei minha abordagem como ‘materialismo histórico’, embora eu não tenha me ligado muito com Marx mas com Giambattista Vico, o crítico do século 18 de Descartes e iluminista europeu que viveu em Nápoles, e mais tarde com o líder comunista italiano do século 20 Antonio Gramsci.

Na época de Vico, Nápoles estava sob da inquisição espanhola, e enquanto ele sempre se proclamou um católico devoto, a visão de Vico do mundo sempre foi uma antítese à idéia ortodoxa de uma história unilinear levando ao Reino de Deus na Terra. Vico pensou em termos de ascensão e declínio e a possibilidade de novos inícios. Entre os marxistas, Gramsci continuou a tradição viconiana. Ele fez uma distinção entre um economicismo histórico positivista e o materialismo histórico, no qual o domínio das idéias é uma força autônoma. Ele reconheceu a autonomia relativa das culturas e idéias e sua íntima relação com condições materiais⁴¹.

É cabível uma investigação para verificar a hipótese de uma eventual relação do pensamento de Vico com a tradição da ciência política italiana com a qual Gramsci, em

³⁹ Robert W. Cox: *Op. cit.*, p. 29. Para que não haja dúvidas, reproduzo o trecho original: “Many of my critics have put a Gramscian, or more commonly ‘neo-Gramscian’ identity upon me; and some have chided me for offering an incorrect interpretation of Gramsci. To that, I would say there can be different readings of Gramsci as of any major thinker, readings conditioned by the perspectives and preoccupations of the reader. The pertinent question is not: Did I correctly understand Gramsci? Rather, it is: Do the inferences which I have drawn (perhaps incorrectly, but I am not ready to admit that) from Gramsci help towards understanding the historical phenomenon that is the object of my enquiry? The concern should be with the adequacy of Cox’s understanding of the world rather than with the adequacy of his understanding of Gramsci”.

⁴⁰ Expressão bastante adequada que tomo emprestada de Vigevani. Ver Tullo Vigevani *et alii*: “A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais”, comunicação apresentada ao VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Recife, 2010. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/11_7_2010_23_51_5.pdf>. Acesso em 12 jul 2010, p.7.

⁴¹ *Apud* Schouten, P. (2009) “Theory Talk #37: Robert Cox on World Orders, Historical Change, and the Purpose of Theory in International Relations”. Disponível em: *Theory Talks*, <<http://www.theorytalks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>, (12-03-2010). Acesso em 14 set 2010. Trata-se de entrevista de Cox.

sua época, estabeleceu uma interlocução. Somente assim é possível avaliar uma possível relação entre os pensamentos de Vico e Gramsci.

Em vista de todas as advertências arroladas, não se pretende sugerir que uma apropriação rigorosa da Teoria Crítica e das formulações de Gramsci remeta a uma perspectiva imanente, purista. Por outras palavras, que não possam ser aplicadas ou desenvolvidas fora de seu contexto original. Acredito que existe a possibilidade de desenvolver tanto a perspectiva gramsciana a partir de uma perspectiva rigorosa e suscitar da mesma maneira a perspectiva frankfurtiana sem que nos atenhamos ao pessimismo e aspectos históricos e conjunturais que tanto impregnaram as formulações do Instituto de Pesquisa Social de um niilismo sem par.

Como sustenta Álvaro Bianchi, é evidente que não se pode fazer uma única leitura sobre Gramsci ou encontrar o “Gramsci verdadeiro”. Em se tratando de um autor com uma obra fragmentária e incompleta, não é possível alcançar tal objetivo tampouco responder a todas as questões que tal *opus* suscita. Todavia, isso não impede que se busque estudar Gramsci com parâmetros metodológicos e de rigor minimamente adequados. Citando ainda uma metáfora de Alvaro Bianchi, durante todo o período anterior à edição crítica e com o referencial das edições temáticas e antologias, o prisioneiro foi o mesmo, só mudaram os seus carcereiros⁴².

Outras deficiências no âmbito teórico corroboram os problemas acima apontados. Uma refere ao marxismo como um todo: a dificuldade apontada desde os anos 30 do século XX por Perry Anderson de se trabalhar teoricamente com a política como centro de gravidade das reflexões e análises, privilegiando reflexões de cunho mais abstrato, filosófico e estético⁴³. O outro ponto refere ao marxismo dentro da reflexão e análise sobre relações internacionais: muito do que se produziu no âmbito dessa vertente ficou confinado a uma perspectiva banal e unilateral (privilegiando aspectos econômicos e estadocêntricos) na perspectiva do imperialismo⁴⁴.

Então, pergunta-se, como esboçar perspectivas de desenvolver o legado da Teoria Crítica e das formulações de Gramsci com vistas à teorização nas Relações Internacionais?

⁴² Alvaro Bianchi, *op. cit.*, p. 298.

⁴³ Ver a respeito Perry Anderson: *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Porto: Afrontamento, 1976, pp. 66-96.

⁴⁴ Fred Halliday, *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 63.

No que refere às potencialidades dos autores mais relevantes da primeira geração frankfurtiana, Adorno e Horkheimer. É preciso, antes de qualquer coisa, atentar para o conjunto de sua obra e seu epistolário, o conjunto de suas respectivas correspondências, ambos ainda não totalmente publicados. Eles poderão talvez contribuir no sentido de uma teorização nesse campo.

Não é possível, contudo, trabalhar com tal expectativa. Nenhuma obra, por mais extensa, é completa e abarca todos os assuntos que seus leitores esperam dela.

Mesmo com as respectivas diferenças, os poucos pontos formulados por Gramsci e os autores frankfurtianos acerca do temário internacional podem ser trabalhados sob uma chave histórica, não mecânica e tampouco dogmática, se apreendidas na sua perspectiva metodológica e trabalhadas na análise e teorização consoante uma perspectiva social e cultural específica.

Já que Gramsci e os teóricos frankfurtianos tanto criticaram a perspectiva economicista e enaltecera a ótica da totalidade na análise marxista, o caminho seria justamente situar essa tentativa adequada e não vulgarizadora de uma “tradução” de suas principais categorias, sem perder de vista as respectivas diferenças conceituais teóricas, metodológicas e epistemológicas.

A propósito de tal tema, Gramsci esboçou o que, em tradução para o português, pode ser chamado de “tradutibilidade” ou “traducibilidade”.

Gramsci parte justamente da metáfora da tradução lingüística para pensar a aplicação de categorias, idéias em contextos diversos daqueles que os originaram. Atentar para a linguagem e para a teoria e prática diversas ao traduzir uma expressão cultural de uma época para outra, sem cair em esquematismos genéricos seria um exemplo de uma definição dessa perspectiva. Encontramo-la no caderno 11⁴⁵.

Em termos de uma síntese, poderíamos nos valer da seguinte definição de Giorgio Baratta que, valendo-se respectivamente de trechos dos cadernos carcerários 43 e 24, assim resume a noção de tradutibilidade:

A “historicidade” de um texto significa que ele, hipoteticamente, pode ser traduzido em todas as outras línguas do mundo. Gramsci está convencido de que uma *boa* tradução – indicando por “tradução” o que ele chama de um “princípio metódico fundamental” – seja uma “repetição”, mas uma repetição não mecânica, obsessiva, material”,

⁴⁵ Antonio Gramsci, *Op. cit.*, p. 1468.

acima de tudo a sua “adaptação [...] às diversas peculiaridades e tradições culturais”, um desvio mas também um enriquecimento, portanto, do seu sentido originário. Um texto é como um raio que, passando por prismas diversos, produz refrações de luz diversa⁴⁶.

Neste sentido talvez possamos usar a categoria gramsciana da hegemonia como chave para melhor “traduzir” uma lacuna existente, conforme esboçamos acima, na literatura marxista referente à teoria das relações internacionais, que em certa medida, reproduz certos vícios de sobrevalorizar a perspectiva econômica e estadocêntrica. Isso levaria a retomar uma idéia de Alvaro Bianchi no sentido de que a categoria mencionada permitira trabalhar a perspectiva da análise dos grupos sociais, das classes e das suas respectivas frações tanto no âmbito nacional quanto no nível internacional.

O enfoque das classes sociais é uma das lacunas no enfoque de Cox. Ele está subestimado. O fato de não se apontar e explorar com mais ênfase um núcleo dirigente em termos de um grupo social ou fração de classe social no âmbito internacional é justamente um exemplo do ponto que se pretende esboçar aqui.

Não se trata pura e simplesmente de analisar a hegemonia norte-americana mas, parafraseando um dizer gramsciano, os processos sociais moleculares que estão por trás de tal hegemonia. Não foi ao acaso que Gramsci esboçou uma análise sobre a ascensão da hegemonia norte-americana no caderno 22 intitulado “Americanismo e Fordismo”, entendendo-a como algo cujo nascedouro estava na fábrica⁴⁷. O novo modelo administrativo de Ford em sua montadora significou não somente um novo padrão de gestão, mas toda uma nova concepção dirigente e organizadora da sociedade, com repercussões, inclusive, na vida sexual.

Por fim, cabe buscar desenvolver elementos mais concretos dentro de uma dada especificidade histórica e social para o diagnóstico e intervenção com vistas à emancipação. Cabe discutir como a questão dos bloqueios estruturais revolucionários se coloca em contextos posteriores aos anos 30. “Engessar” as formulações de emancipação e confiná-las ao período de elaboração do texto horkheimiano em pauta seria incoerente com a própria formulação da teoria crítica. Também seria um contra-senso confinar tal discussão no âmbito nacional e perder de vista a unidade dialética entre os planos nacional e internacional.

⁴⁶ Giorgio Baratta: *As rosas e os cadernos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 234.

⁴⁷ Antonio Gramsci, *Op. cit.*, pp. 2145-6.

Acima de tudo, cabe sublinhar que epistemologicamente Gramsci e Horkheimer são muito distintos. Entretanto, pode-se, desde que de modo rigoroso, tentar estabelecer mínimas relações entre ambos. Um exemplo que deveria, talvez, ser examinado futuramente diz respeito ao papel da técnica no mundo em que viveram e escreveram os anos 30. Gramsci enxergava uma nova hegemonia desdobrada de uma nova organização, uma nova racionalidade. O papel da razão sempre foi um tema central da reflexão do Instituto de Pesquisa Social. Ainda que pontos diferentes, há todo um potencial investigativo e de intervenção a ser construído.